AS CARTAS CHILENAS E A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Delson Gonçalves Ferreira

"... the mirror turn lamp". (William Butler
Yeats - *spud El espejo y la lámpara* -
M. H. Abrams - Edit. Nova - Buenos Aires
1962).

*O espelho que reflete a sociedade se torna
lâmpada refletora de luz sobre a sociedade.*

I. À GUISA DE INTRODUÇÃO

1. O que são as Cartas Chilenas.

As "Cartas Chilenas" são sátiras, em versos decassílabos brancos, que aparecem em Vila Rica, por volta de 1788-89. (1)

São 13 (treze) **Cartas** (da 7ª e da 13ª., até hoje, não se encontraram versões senão parciais. A 13ª só tem 29 versos) que Critilo escreveu de Santiago do Chile (Vila Rica) para Doroteu, na Espanha (Portugal).

Nelas, Critilo critica duramente, em versos martelados e sonoros, o Governador Luís da Cunha Meneses (o Fanfarrão Minésio) e todos os "néscios, os marotos e os peraltas" (2) que o rodeiam.

Vai apontando, com admirável exatidão histórica, todas as suas bandeiras de que participam também as famigeradas "fardas atrevidas". (3)

"Não há, não dá distúrbio nesta terra
de que mão militar não seja autora". (4)

Critilo deve ser Gonzaga e o destinatário das Cartas, Doroteu, é seu grande amigo e douto Cláudio Manuel da Costa. Os inumeráveis personagens que habitam a Vila Rica das "Cartas" também aparecem camuflados por criptônimos que deviam ser, facilmente, identificáveis naquele tempo.

Apesar do cargo importante de Gonzaga-Critilo, ele não se sentia totalmente seguro em suas sátiras por causa de prepotência do Fanfarrão. E porque conhecia também as Ordenações:

"E o que fez tal escrito, ou carta ou trova de maldizer, mandamos que haja maior pena da que merecia, se publicamente e em presença daquele, que doesta, ou difama, o dissesse, havendo-se respeito à qualidade das palavras e difamação e das pessoas contra quem os tais escritos ou trovas são feitas, o que queremos que seja gravemente castigado". (5)

O próprio nome "Cartas Chilenas" e não "Mineiras" é mais um truque de despistamento para ocultação do autor. (6)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro guarda 4 (quatro) manuscritos das "Cartas": somente um traz todas as 13 (treze), sempre a 7ª e a última, incompletas. (7)

A primeira edição das treze "Cartas", edição completa, só foi feita em 1863, por Luís Francisco da Veiga, neto de Francisco Luís Saturnino da Veiga, cuidadoso colecionador dos manuscritos citados.

Há um quinto manuscrito das sátiras, descoberto por Vital Pacífico Passos, na Biblioteca de Belém do Pará. Mas, segundo M. R. Lapa que examinou a cópia, o apógrafo

"tem apenas as sete primeiras Cartas e não oferece novidade digna de especial menção" (8)

Provavelmente, essas sátiras, copiadas e recopiadas, à mão, deviam circular pela cidade ou ficar afixadas em lugares públicos. Os leitores, pelo menos os mais ligados à vida da cidade, liam, comentavam, riam e espalhavam as maledicências de Critilo, que eram verdadeiras, por todos os cantos. Os inimigos então gozavam o Fanfarrão e seu séquito de bajuladores e protegidos.

Era assim que Critilo se vingava do Governador Fanfarrão e procurava, segundo declara na "Dedicatória aos Grandes de Portugal", mostrar as "ações indignas" para "excitar o seu aborrecimento". (9)

Em resumo, as "Cartas", mesmo que tenham sido escritas por vingança, têm sido, cada vez mais, confirmadas em sua veracidade histórica, até em detalhes. Critilo demonstra, além das qualidades de um grande poeta, um conhecimento das coisas e das pessoas do governo, no final do século XVIII, pouco antes da Inconfidência de 1789.

Elas dizem a verdade, embora em forma caricatural, sobre o Fanfarrão e seus apaniguados: as violências, o arbítrio no exercício do poder, o desrespeito às leis, a intromissão na área do poder judicial, a falsa religiosidade, a venalidade, e o enriquecimento ilícito ... (10)

Gonzaga-Critilo veio pobre e saiu pobre de Vila Rica em direção ao exílio de Moçambique. Assim podia dizer:

“Não foram, Vila Rica, os meus projetos
meter em férreo cofre cópia d’ouro
que farte aos filhos e que chegue aos netos...”(11)

E podia também desancar o Fanfarrão:

“Indigno, indigno chefe: Tu não buscas
o público interesse. Tu só queres
mostrar ao sábio augusto um falso zelo,
poupando, ao mesmo tempo, os devedores,
os grossos devedores que repartem
contigo os cabedais que são do reino.”(12)

2. Por que as Cartas Chilenas.

As “Cartas” nasceram numa época determinada como **reflexo** de uma sociedade em crise e uma **reflexão** sobre ela própria. Elas são, assim, sobretudo, filhas do seu tempo.

Sob alguns ângulos, as sátiras de Critilo podem ter sido um desabafo (função cartártica) e uma vingança contra o inimigo, o desafeto: sendo Critilo o Gonzaga-ouvidor, os versos mostram, ainda, mais claramente, as constantes desavenças com o Governador Luís da Cunha Meneses.

Não se entendiam e, tanto um como o outro, já tinham feito acusações mútuas, em representação à Rainha.

Gonzaga se tornou, de fato e abertamente, um inimigo do Fanfarrão. Com toda ou quase toda a razão, segundo os mais numerosos juízos dos historiadores de hoje. (13)

O ouvidor demonstra, em muitas ocasiões, que é um defensor da Justiça e do Direito, um homem cioso de seu cargo e competência, que não tolera as intromissões indevidas e atentatórias à sua autoridade de juiz. Demonstra também que é um cumpridor de seus deveres, um funcionário correto e sem medo. (14) E não era fácil enfrentar, na época, o poderoso e prepotente Governador.

Ele já se mostrava assim, quando governava Goiás. E os fatos narrados nas sátiras vão sendo comprovados, cabalmente, por outras fontes históricas. E todos esses fatos são desabonadores. (15)

O tempo foi passando – as sátiras estão fazendo 200 anos – e o retrato tão pejorativo do Fanfarrão continua tão verdadeiro.

Uma das razões motivadoras das “Cartas” seria a vingança de Critilo contra o Fanfarrão, uma vingança pessoal de Gonzaga contra Luís da Cunha Meneses. Terrível vingança que dura até hoje, duzentos anos depois. Mas, de outro lado, pode lhe ter custado a prisão, o julgamento e a condenação ao exílio africano.

A figura, mais ou menos medíocre do Governador, de certo modo ganhou a imortalidade, embora através de uma atroz caricatura. Quem fala de Cunha Meneses só o conhece no terrível e ridículo Fanfarrão Minésio.

Tarquínio J. B. de Oliveira, pesquisador incansável das “Cartas Chilenas”, até a morte, levanta ainda outra razão propulsora das sátiras de Critilo-Gonzaga. Mais uma vingança do ouvidor contra o governador: Gonzaga se vingava de Cunha Meneses, porque este lhe tomara a amante, a loura Maria Joaquina Anselma de Figueiredo. (16)

Critilo, na Carta XI, descreve longamente o casamento que o Governador Luís da Cunha Meneses arranhou de sua amante com Jelônio (Jerônimo Xavier de Sousa), a quem promoveu, da noite para o dia, de cabo a alferes. Assim o governador podia partir tranquilo, de volta à Metrópole, em 1788, sem deixar nenhuma confusão. (17)

Violenta vingança de amante preterido e abandonado. Quem sabe?

O que não me parece razoável é explicar as “Cartas” apenas por essas duas causas, muito pessoais, ocasionais e passageiras.

Critilo-Gonzaga tinha intenção de que suas sátiras atravessassem o espaço e o tempo, tivessem ressonâncias para além de Vila Rica e dos anos de 1788-89. Foi o que lhe desejou a “Epístola” que abre as suas “Cartas”:

“Devo pois confessar, Critilo amado,
que teus escritos, de uma idade a outra,
passarão sempre de esplendor cingidos”. (18)

O que vale nas “Cartas” é a condenação dos maus governadores que, abusando de seu poder, abusam do povo, protegendo os poderosos e espezinhando os fracos, cortejando os ricos e explorando os pobres.

De modo geral, as “Cartas” captam, intencionalmente ou não, todos os clamores da “gente mineira” da decadência do final de 1700, tempos de pobreza extrema, de impostos impossíveis de pagar e de revoltas escondidas e perigosas.

As “Cartas” são uma janela aberta, debruçada sobre Vila Rica que se tornava, cada vez mais pobre. E que sofria, sob a decadência do ouro e a opressão da Metrópole, a pobreza e a falta de liberdade.

As idéias iluministas (racionalismo e liberdade, igualdade dos homens, a trilogia da Revolução Francesa: *égalité, fraternité, liberté*...) chegaram a Vila Rica por tantos caminhos inexplicáveis e fizeram a cabeça do mundo intelectual do tempo, principalmente padres e poetas e estudantes que foram estudar na Europa e voltaram doutores.

Era principalmente pelos livros proibidos que essas idéias libertárias aportavam a Minas. As melhores bibliotecas da cidade, a do Côm. Luís Vieira e a de Cláudio Manuel da Costa, abrigavam em suas prateleiras, lado a lado, os livros de autores mais ortodoxos e os mais heréticos. Frieiro visitou a biblioteca do Cônego e nos revelou o que ele lia e as idéias que tinha. (19)

Os estudantes que voltavam à terra, depois de freqüentarem as escolas de Portugal, da França e da Inglaterra, traziam, além dos seus diplomas, idéias novas que, às escondidas, faziam a cabeça dos moços do final do séc. XVIII. Todas elas bafejadas pelo enciclopedismo.

Começavam a aflorar, nas sombras e nos cochichos os sinais prenunciadores de rebeldia. Por toda a parte das Minas Gerais se ouviam os clamores do povo que já não agüentava mais a opressão dos impostos e, proximamente, os despotismos de Cunha Meneses. O levante já começara no final do seu governo. (20)

Há numerosos e variados documentos que nos dão um retrato interessante e veraz das Minas Gerais do final do século XVIII. O ciclo do ouro, rico de ilusões, durou muito pouco tempo e deixou marcas indeléveis nos "mineiros", na terra, nas casas, no corpo e nas almas.

Mas, apesar da realidade, uma vertiginosa decadência das minas de ouro, parece que muita gente não percebeu a decadência e as ruínas e continuou a manter, pelo menos nas aparências, a riqueza e o luxo.

Critilo, pelo contrário, vivendo dentro da realidade, reconheceu que os tempos tinham mudado muito, do fastígio para a miséria.

Antigamente,

"em toda a parte, à flor da terra.
extensas e abundantes minas de ouro..."(21)

Os impostos, a opressão, em geral, eram muito pesados para os ombros do povo. Então campeava a miséria de um lado e a revolta de outro. O colonizador apertava tanto que a única saída, a do desespero, era a revolta que começava com os "clamores e súplicas das Câmaras em nome do povo" para acabar não se sabe onde. (22)

"Por se achar vivendo em sucessiva opressão, o Povo dessas minas, gemendo não tanto com o peso dos quintos que a V.M. pagam, porque esse se podem dizer tributo devido, ainda que deva ser sensível pagá-lo quem não é mineiro, como com os insuaves acessórios em que pena se estabeleceu em direitura contra rebeldes, nos impele a obrigação de acudir pelo bem público dar esta conta a V.M. lembrados de que na criação das intenções ficou salvo ao povo e câmara o direito de propalar o seu vexame a todo tempo que se sentissem agravados..." (23)

A seu tempo vêm, com os mesmos clamores e súplicas, os representantes da Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana) em 17 de outubro de 1744; de S. José del Rei (Tiradentes), em 30 de setembro de 1744; da Vila de São João del-Rei, em 17 de outubro do mesmo ano; da Vila Real de N. S. da Conceição do Sabará no mesmo dia e ano...

Os clamores e súplicas são gerais, porque também geral é a “vexação do povo”. E o povo miúdo sofre maior gravame do que o rico. (24)

Nos documentos citados, a queixa é contra o “insuportável ônus da capitação”.

A Coroa tentou sempre arrecadar o máximo de ouro das Minas, a riqueza que sustentava a Metrópole. Para isso havia o quinto do ouro ou quinto real, isto é, 20% da produção do ouro, considerado como “direito senhorial”.

“O quinto do ouro é um direito senhorial devido a S. Majestade, como fruto das terras de que a mesma Senhora tem domínio para usar delas como bem lhe parecer”. (25)

“Neste reino temos lei que determina que todos os metais que se tirarem, depois de fundidos e apurados se pague a S. Majestade o quinto.” (26)

O ilustre desembargador do Porto, Teixeira Coelho, nada mais fez do que repetir texto das “Ordenações e Leis do Reino de Portugal”, confirmadas e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV.

“É de todos os metais que se tirarem, depois de fundidos e apurados, nos pagarão o quinto em salvo de todos os custos.” (27)

O que a Coroa, evidentemente, queria era arrecadar: para isso tentou várias formas, mas nunca conseguiu maior eficiência contra o volumoso e imbatível contrabando do ouro. (28)

A Metrópole resolve, então, adotar a **capitação**: o quinto era pago por cada escravo empregado na mineração. Daí o nome que vem de **capita** (= cabeça) e a expressão **per capita**.

Extraído ou não o ouro, o quinto tinha que ser pago segundo o número de escravos empregados na mineração. As Câmaras tentaram, de todos os modos, impedir a capitação: ofereceram cota fixa de 35 arrobas de ouro, por ano; depois, 100 arrobas por ano (1734). Não foi aceita nenhuma das duas propostas.

Em 1725, começaram a funcionar as Casas de Fundição: todo ouro extraído era levado a uma casa de fundição, onde era fundido, quintado e pagava os 20% correspondentes ao quinto real. As Casas de Fundição funcionaram até 1735; em 30 de junho, começou a funcionar o sistema de capitação. (29)

O alvará régio de 3 de dezembro de 1750 (D. José I) fixou o pagamento do quinto em 100 arrobas de ouro anuais, perto de 1.500 k. Em 12 de agosto de 1817, um decreto de D. João reduziu de 20% para 10% e, em 1827, D. Pedro I reduziu a taxa para 5% (30)

A capitação era escorchante, injusta e odiosa: provocou tantos clamores e súplicas (inúteis) das Câmaras em nome do povo, como já se viu.(31) A capitação só acabou em 31 de julho de 1751.

Como se viu, a capitação foi renegada veementemente pelas Câmaras como processo de cobrança insuportável. Cabe aqui uma história fraudulenta. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para bajular El Rei, percorreu as escolas das vilas e pediu a todos os alunos que escrevessem o seu nome numa folha. Queria ver a letra de cada um para saber quem tinha a melhor caligrafia. A folha, assinada por todos, virou um abaixo-assinado dirigido a El Rei, apoiando e aplaudindo o sistema de cobrança da capitação... (32) E os impostos continuaram pesando sobre a pobreza dos mineiros.

De nada ou quase nada adiantaram tantas e tamanhas queixas contra os insuportáveis impostos que vexavam as Minas Gerais.

Critilo resume assim essas reclamações gerais e inúteis:

“Infeliz, Doroteu, de quem habita
conquistas do seu dono tão remotas!
Aqui o povo geme e os seus gemidos
não podem, Doroteu, chegar ao trono.
E se chegam, sucede quase sempre
o mesmo que sucede nas tormentas,
aonde o leve barco se soçobra,
aonde a grande nau resiste ao vento.”(33)

Direta ou indiretamente, Critilo captava a voz sofredora do povo e se fazia seu porta-voz, reclamando, à Rainha, contra os desmandos dos Fanfarrões.

Não é a toa que Critilo dedica sua obra “aos Grandes de Portugal” e adverte no final do “Prefácio”:

“Amigo leitor... lê, diverte-te e não queiras fazer juízos temerários sobre a pessoa do Fanfarrão. Há muitos Fanfarrões no mundo é talvez que tu sejas um deles...” (34)

As “Cartas” nasceram assim e também da vontade de representar o povo de Minas junto à Rainha, D. Maria, de quem Critilo se mostra um fiel servidor. É fazê-la ciente da real situação das Minas Gerais durante o desgoverno de Cunha Meneses que, pelo seu sistema despótico, não servia, mas desservia à Soberana.

A situação era desesperante. Tiradentes tinha razão quando desclara:

“... iam apertando tanto com o povo que ainda este desesperado havia de fazer algum levante e estabelecer a República...”(35)

As “*Cartas Chilenas*” fariam parte dessa literatura de “clamores e súplicas” que vinha do começo do séc. XVIII. Consciente ou inconscientemente, Critilo repetia, nas suas sátiras, um aviso que, mais tempo, menos tempo, o povo estouraria numa grande revolução.

II. AS "CARTAS CHILENAS" DENTRO DE UM CONTEXTO

1. Fragmentos de um discurso inconfidente(36)

Antes de 1780, já se tramava, se tecia uma enredada teia de descontamento, de crimes, de cochichos, de rebeliões... contra as opressões, de toda as formas, com que a Metrópole e seus prepostos governavam as minas.

Começava-se, assim, a escrever um verdadeiro discurso inconfidente... contra o colonizador e a colonização.

Já no governo de Luís da Cunha Meneses, como revelam as inquirições e respostas dos Autos de Devassa, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier planejava (o que não podia fazer sozinho, é claro) uma rebelião libertadora, a começar de sua terra mineira.(37)

O Alferes carregava, constantemente, por toda parte, o seu catecismo ideológico (um livrinho em 8, de 370 páginas) com as principais constituições dos recém-independentes estados norteamericanos.

É o "Recueil des Loix constitutives des Colonies Angloises confédérées sous la dénomination des États-Unis de l'Amérique Septentrionale" de 1778.(38)

Parece que só há um exemplar do livro, no Brasil, e é o que pertenceu a Tiradentes: está no Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Há outro exemplar do precioso livro de Régnier, na Newberry Library, em Chicago. É dele que tenho excelente microfilme.

Alguns poucos exemplares que vieram para Minas, no final do séc. XVIII, se perderam, certamente, porque foram destruídos como livros proibidos e comprometedores, logo que descobriram a intentada e frustrada Inconfidência de 1789.

O livro é uma **coleção** ("Recueil...") das constituições de algumas colônias inglesas, confederadas com o nome de Estados Unidos da América do Norte.

"Les Loix constitutives des Etats-Unis de L'Amérique, formées par une Nation policée dans un siècle aussi éclairé que le nôtre, ne peuvent manquer d'intéresser tout homme qui pense; elles seront d'un intérêt frappant pour le Politique, l'Historien & le Négociant de tous les Pays".

(Avertissement)

Nesta coleção está uma rica suma das idéias-mestras que constituem a ideologia e estrutura fundamental da democracia norte-americana.

Claude Ambrose Regnier não traduziu apenas: adaptou o texto original inglês e o enriqueceu com algumas notas lúcidas e esclarecimentos.

O tradutor revela uma enorme admiração pelas idéias democráticas do texto.

“Les Loix que j’ai rassemblées m’ont paru un des plus beaux monumens de la sagesse humaine; elles constituent la Democratie la plus pure qui ait encore existé; elles semblent déjà faire le bonheur des Peuples qui s’y sont soumis; elles seront à jamais la gloire des Hommes vertueux qui les ont conçues”.

(Epitro a Monsieur le Docteur Franklin)

Este livro ainda não foi nem traduzido nem lido, integralmente, em português. Tarquínio J. B. de Oliveira, benemérito pesquisador, de saudosa lembrança, traduziu, apenas e apressadamente, alguns trechos. (39)

A morte não deixou que ele acabasse seu importante trabalho. Além disso, por não conhecer o exemplar existente em Chicago, teve que usar o único volume conhecido no Brasil e que estava na Biblioteca Municipal de Florianópolis. Atualmente, o volume voltou ao seu lugar, para o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Neste exemplar “há muitas páginas ilegíveis. Infelizmente não há segundo exemplar no País”. (40)

Certamente, seria outro o julgamento de ilustres historiadores, principalmente nortistas, sobre a Inconfidência Mineira, se tivessem conhecido o precioso livro de Regnier, verdadeiro catecismo ideológico do Alferes.

Pode-se dizer que o “Recueil” foi a fonte principal de inspiração libertária para o apaixonado e apaixonante Alferes Joaquim José da Silva Xavier, quando sonhava e lutava pela nossa independência, em 1789.

“O precioso livrinho era leitura cotidiana do Alferes, autodidata como Washington o foi”. (41)

“O livro lhe dá estatura e dimensões até agora ignoradas pela historiografia brasileira”. (42)

“Foi catecismo ideológico, da ideologia republicana da Inconfidência Mineira”. (43)

Ele contém a “ideologia autêntica de nossos primeiros republicanos”. (44)

“Saber-se-á, pelo volume, que o objetivo da Inconfidência não era circunscrito à capitania serrana, e sim pretendida a confederação de todas as capitanias do Brasil.

Saber-se-ão, enfim, seus ideais, sua ideologia política. Tão avançada, há quase dois séculos, que ainda sonhamos e aspiramos às suas conquistas em favor da humanidade”. (45)

“O livrinho é aula de direito constitucional, ou melhor, de constituinte democrática e sábia”. (46)

“Era impossível estudar a ideologia da Inconfidência Mineira sem ter em mãos o referido livro: “Les Loix constitutives...” (47) -

Baseado, principalmente, em Tarquínio J. B. de Oliveira, dei nome ao livro que estou para traduzir e anotar de

“O LIVRO DE TIRADENTES”
“Catecismo Ideológico da Inconfidência Mineira”.

Ou

“CATECISMO IDEOLÓGICO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA”

Maurflio Torres, em *Jornal do Brasil* de 11 de abril de 1981, fez excelente reportagem sobre o “Recueil”, com este título:

“A BÍBLIA DO ALFERES”. Na reportagem, Tarquínio J. B. de Oliveira reafirma seu entusiasmo pelo valioso “Recueil” de 1778.

Para ligar o livro a Tiradentes, cito, mais uma vez, mestre Tarquínio, em carta de 30 de agosto de 1980, para a profa. Thalita:

“Eu, como tantos companheiros nestes quase dois séculos, andava descuidando do principal documento para conhecer-se a personalidade e a filosofia de Tiradentes: o livro que ele amou e fez instrumento da divulgação de sua ideologia”.(48)

Segundo Manuel Rodrigues Lapa, era Francisco Xavier Machado que lia e traduzia, para Tiradentes, “o livro da Constituição da República da América que o encheu de entusiasmo libertador”.(49)

De fato, o Alferes sabia muito pouco de francês e se servia de um dicionário e dos amigos cultos, para a leitura dessa sua verdadeira bíblia republicana.

Creio que o “Recueil”, apesar de tantas mudanças sociais no mundo deste final do século XX, ainda pode servir de espelho límpido e lúcido para se conceituar e se viver uma grande democracia, de liberdade e justiça social, para se alcançar ordem, progresso e paz.

O espírito do livro pode, ainda, soprar um vento benfazejo sobre as nossas sociedades que aspiram a uma verdadeira ordem democrática.

O que não se pode perder é o sonho e a esperança.

Vicente Vieira da Mota, guarda-livros do poderoso João Rodrigues Macedo, declarou ter ouvido da boca de Tiradentes que ele (o Alferes) intentava pôr em liberdade as Minas e reduzi-las a uma República, “como fizeram os americanos ingleses”.(50)

Seguindo o seu “catecismo ideológico”, o Alferes planejava uma verdadeira “**confederação**” que deveria se estender para além das Minas Gerais, alcançando São Paulo e Rio. (51)

O livrinho se transformou em bomba revolucionária, em idéias para a ação, de tal modo que, em todos os interrogatórios da devassa, se perguntava aos inconfidentes o conhecimento que tinham “do levante” e da independência da América Inglesa”.(52)

A confederação das ex-colônias inglesas do norte, com suas constituições republicanas e democráticas, não só encantou o inteligente tradutor francês, mas também os intelectuais das Minas Gerais e o ardoroso sonhador e imprudente ativista, o Alferes. As ex-colônias iam servir de modelo para uma nova república confederativa, no Brasil, a partir de Minas Gerais.(53)

O precioso livrinho era leitura quotidiana do Alferes que, com dificuldade e ajuda de outros, ia lendo o seu francês. E as idéias iam se espalhando como sementes em terra boa.

Nicolau Jorge, irlandês, fala das idéias das repúblicas e Américas inglesas.(54)

A esse discurso em busca da liberdade, os “Autos”, visão dos homens da Metrópole, chamavam de variados nomes que, no bojo, significariam crimes de lesa-majestade, porque pregava a libertação da colônia.(55)

Um estudante brasileiro da Universidade de Montpellier – José Joaquim da Maia – escreveu a Thomas Jefferson falando da liberdade desta América portuguesa. (56) A notícia, de qualquer maneira, corria por Vila Rica, tão isolada, tão longe e tão bem informada desse discurso inconfidente.

Nos Autos, havia uma preocupação obsessiva: saber se os implicados conheciam e comentavam o levante e a independência das colônias inglesas.(57)

Sem dúvida, era o modelo escolhido para a nova república que se intentava nas Minas Gerais e as mesmas razões que levaram as ex-colônias norte-americanas a se rebelarem e proclamarem sua independência serviriam para os inconfidentes mineiros.

“E perguntado o dito (Nicolau Jorge) que motivo tiveram aqueles rebeldes para semelhante procedimento, lhes respondeu: “Que os tributos e desordens dos generais foram a causa de se confederarem...”(58)

Os pesados impostos, a possível derrama para cobrança dos atrasados, cargas cada vez mais insuportáveis... eram razões fortes para o levante. E havia ainda a decadência geral das minas. Por isso, com uma visão realista, Crítilo critica os exageros do Governador Cunha Meneses em promover festas e em construir uma cadeia tão grandiosa, às custas do povo já tão sobrecarregado.

“Para haver de suprir o nosso chefe das obras meditadas as despesas, consome do senado os rendimentos e passa a maltratar ao triste povo.”(59)

E só o mau governo de Luís da Cunha Meneses, o Fanfarrão das "Cartas", já seria suficiente para a revolta da Capitania. E Critilo, de certo modo, mantidas as diferenças, repete, com suas sátiras, também um discurso inconfidente parecido com o dos conspiradores, entre os quais estava Tomás Antônio Gonzaga...

O Fanfarrão Minésio, dentro das "Cartas" não é apenas um indivíduo que governa Minas de 1783 a 1788: virou um símbolo, uma figura típica de mau governo que a Metrópole criava ou deixava nascer na Capitania. E que outros governadores já tinham agido do mesmo modo.

A preciosa "Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais" (1780) de J. J. Teixeira Coelho já acusava os numerosos e variados desmandos dos prepostos da Coroa nestas longínquas terras de Minas e das minas...(60)

E o que faz Critilo no seu discurso? As "Cartas Chilenas" não se reduzem apenas a uma sátira divertida e vingativa, passatempo de bom verzejador em horas de ócio: elas são um libelo contra o Fanfarrão e sua corte e todos os seus desmandos.

Indiretamente, nos prepostos, condenam-se as autoridades que os mandaram para cá e, mesmo conhecendo seus desgovernos, os mantêm e promovem.

O que o discurso inconfidente de Critilo não faz é atentar contra o monarca, no caso a monarca, claramente, defende as leis e condena os seus executores.

"Ah! meu bom Doroteu, que feliz fora esta vasta conquista, se os seus chefes com as leis dos monarcas se ajustaram".(61)

Critilo defende a Justiça e a Lei e ataca os que não as seguem nem aplicam. Mas quem escolhe os governadores e outros funcionários da colônia? A Metrópole. Portanto, ela é a responsável... de

"um chefe indigno", "indigno e bruto chefe".(62)
Chefe assim
"só vem para castigo de pecados".(63)

Critilo não perdoa as insolências e prepotências das "Fardas atrevidas" que agem em nome e por ordem do Fanfarrão. (64)

E condena, com a veemência costumeira, o governador que só quer dinheiro: nas cobranças exageradas, na venda de patentes, nas promoções, na aprovação dos contratos. Muitos governadores vinham para cá, raspavam os cofres e voltavam carregados de dinheiro para a Metrópole.

Falava o Alferes de língua solta e coração aberto;

"... e que cada governador que cá vinha ia cheio de ouro. e que cada três anos vinha um com uma máquina de criados e que todos iam cheios de dinheiro. E os ministros da mesma forma. E os filhos de Portugal, que eram os senhores do ouro que se tira da terra, assim que estão cheios, que se vão

embora; e desta forma que sempre está a terra miserável, que tudo sai dela para forma. E a não ser assim que se podiam calçar as ruas de ouro. E nós havemos de estar aturando tudo isto? já não pode ser.”(65)

“O chefe, Doroteu, só quer dinheiro; e, dando aos militares, regalias, podem os grandes postos que lhes vende, subir à proporção, também, de preço”.(66)

Aplique-se à Inconfidência Mineira a afirmação de Burns:

“As causas intelectuais da Revolução Francesa foram, em essência, um fruto do Iluminismo. Esse movimento produziu duas interessantes teorias políticas que desde então têm exercido sua influência pelos anos em fora. A primeira foi a **teoria liberal** de Locke, Voltaire, Montesquieu e outros, a segunda foi a **teoria democrática** de Rousseau... Ambas se baseavam na premissa de que o estado é um mal necessário e de que o governo repousa sobre uma base contratual. Cada uma tinha a sua doutrina de soberania popular, embora discrepassem quanto à interpretação. E, finalmente, ambas defendiam até certo ponto os direitos naturais do indivíduo”.(67)

Os inconfidentes, a começar por Tiradentes, já tinham lido, e várias vezes, o “discurso” dos representantes das Colônias – Unidas da América, reunidos em Congresso Geral, em 4 de julho de 1776.

“Eis as verdades evidentes por si mesmas: todos os homens foram criados iguais; há certos direitos inalienáveis que o Criador concedeu, como a vida, a liberdade e o desejo do bem-estar. Para a manutenção deles foram instituídos, entre os homens, os Governos que têm seus justos poderes consentidos pelos governados. Mas, desde que uma forma de Governo tende a destruí-los, o Povo tem o direito de modificá-la ou aboli-la e de instituir uma nova, colocando a base sobre estes princípios e dando a seus poderes a organização que julgue os mais próprios para realizar a felicidade”.(68)

Essas idéias andavam pelas aulas da velha Universidade de Coimbra, onde estudaram Cláudio, Alvarenga, Gonzaga e, até, Luís da Cunha Meneses.

Critilo se mostra também um iluminista na defesa da Justiça, da igualdade, do Direito, da liberdade, dos ideais da Inconfidência de 1789. Em todas as “Cartas”, crítica e condena, de modo geral, a conduta de Fanfarrão no governo da Capitania. Por todas as suas más ações o chama de **canalha**.

“Mas tu, prezado amigo, não conheces o sistema que tem tão vil canalha”.(69)

Toda a visão das “Cartas” revela um homem de consciência jurídica que tem coragem de atacar o Fanfarrão e condená-lo pelas suas violências. Em defesa do povo que habita esta Capitania tão afastada do Coroa.

Esse “discurso inconfidente” das “Cartas Chilenas” se parece ou quase se iguala ao da Inconfidência Mineira. O discurso de ambas ainda continua um grande desafio. (70)

2. AS CARTAS CHILENAS & A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

As “Cartas Chilenas” não foram a única manifestação satírica contra os portugueses e os governos da Metrópole, nas Minas Gerais, às vésperas da Inconfidência Mineira.

Vale a declaração de Frei Raimundo da Anunciação Penaforte:

“Entre os papéis apreendidos aos réus, acharam-se muitas poesias, verdadeiras sátiras contra os europeus e um poema que metia a ridículo todo o governo da Soberana, notícia a mim comunicada por um dos ministros que formaram o tribunal que os sentenciou...”(71)

Nessas “verdadeiras sátiras contra os europeus”, podem estar, perfeitamente, as célebres “Cartas Chilenas”. Os tais “pasquins” a que se referiu, num depoimento, o Capitão José Lourenço Ferreira:

“S. Exa. (o Governador) mandaria sair da Capitania o Des. Gonzaga, e isto por conta ou de um casamento, ou de uns pasquins que se se tinham feito públicos”.(72)

Havia fermentações antigas de reclamações e revoltas contra a opressão da Metrópole. Repetiam-se, aqui, as mesmas queixas dos colonos da América do Norte, contra o rei, em sua “Declaração dos Representantes das Colônias Unidas da América, reunidos em Congresso Geral, a 4 de julho de 1776”.(73)

A “Declaração” foi escrita pelo jovem Thomas Jefferson e, com algumas modificações, vai se transformar na proclamação da independência das colônias inglesas da América do Norte.

No corpo da declaração, se repetem numerosas queixas contra “repetidas injúrias e usurpações” do rei Jorge III.(74)

Esta “Declaração” foi lida e relida por muitos dos pensadores da Inconfidência e, principalmente, pelo seu maior ativista, o ardoroso Alferes Joaquim José da Silva Xavier.

Tiradentes carregava por toda a parte o precioso catecismo ideológico de uma república confederada, a das Colônias norte-americanas.(75)

As ex-colônias inglesas eram o modelo para a criação de uma nova república, livre e democrática e também confederada, a começar de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

As idéias libertárias, apesar de todas as proibições e vigilâncias, quer do poder religioso como secular, fizeram as cabeças de muitos intelectuais de Minas. Elas chegaram aqui, de muitas maneiras, antes mesmo do "Recueil des loix..." de 1778, trazido para cá, em 1788.

As bibliotecas do Côn. Luís Vieira e do Dr. Cláudio Manuel da Costa abrigavam numerosos livros de heterodoxia religiosa ou civil. As idéias iluministas penetraram, fundamente, nos leitores da Inconfidência.

As idéias são molas propulsoras da ação: havia fermentações revolucionárias, há vários anos, antes da rebelião de 1789. Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o mais minucioso e acuado nas inquirições, declarou

"... que o Côn. Luís Vieira da Silva, posto que se achava então fora de Vila Rica, havia oito anos que tinha botado as suas medidas para reger a mesma república livre e independente..."(76)

O próprio Cônego declarou que o Alferes já começara o aliciamento para o levante, nos tempos de Cunha Meneses.

"Ainda no tempo em que governava esta Capitania o Exmo. Sr. Luís da Cunha Meneses, ouvira dizer a várias pessoas que vinham do Rio de Janeiro, de cujos nomes se não recorda por não ter tomado neles, naquele tempo, a menor apreensão, que um alferes, por alcunha o Tiradentes, andava na dita cidade convocando gente para um levante".(77)

Cunha Meneses governou ou desgovernou Minas de 1783 até julho de 1788.

José Aires Gomes declara, em seu depoimento, que "ouveu de Luís Beltrão de Gouveia informação de que Tiradentes era um "mariola" e já falava de rebelião nos tempos de Luís da Cunha Meneses."(78)

O anseçada, Luís Crispiniano da Luz Soares, em depoimento, revela que ouvira de Salvador do Amaral Gurgel

"que se tinha desta Vila Rica escrito para S. Paulo para ali se levantarem também e não pagarem o dízimo".(79)

A Inconfidência, sem dúvida, começou antes de 1789, pelo menos nos tempos do Fanfarrão Minésio das "Cartas Chilenas".(80)

E a "bomba" foi estourar depois de sua partida (1788), nas mãos do Visconde de Barbacena, contra quem, José Honório Rodrigues escreve estas palavras duras:

"...nome amaldiçoado na história do Brasil, que devia ser rejeitado pela cidade que o relembra..."(81)

As Cartas Chilenas teriam, de algum modo, atuado como elemento de fermentação, no meio daquele povo oprimido e triste?

Para uma resposta, é necessário situá-las no tempo e no espaço. Parece certo que elas são contemporâneas do personagem principal: o Fanfarrão Minésio, enquanto governador de Minas. E Luís da Cunha Meneses aqui ficou de 1783 a 1788.

Alberto Faria, "o notável investigador de Campinas" (82) – apesar de algumas incongruências – estabeleceu o **terminus a quo e o ad quem** das sátiras: as **Cartas** devem ter sido escritas em 11 de julho de 1788, dia da posse do Visconde de Barbacena e 9 de fevereiro de 1789, data escrita no Ms. 35 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(83) A precisão das datas é discutível. A época das cartas, não. Rodrigues Lapa estabeleceu uma época muito provável e razoável: "Não pode haver dúvida de que as **Cartas** até certa altura, pelo menos, até quase ao fim, foram escritas como deviam ser com Cunha Meneses presente. E a prova disso está no próprio texto, que, numa disposição curiosamente conspícua, satisfaz às duas teses, pois a ambas fornece argumentos. A maneira direta, violenta, como Critilo increpa Fanfarrão, não pode ser explicada pelo presente histórico e só justifica na presença do atacado..."(84)

A presença do caricaturado está garantida até a Carta XI, v. 119 a 125.

"Ah! tu, famoso chefe, dás exemplo.

Tu já, tu já batucas, escondido
debaixo dos teus tetos, com a moça
que furtou ao senhor o teu Robério.

....."

Depois, a sua partida e o pretérito perfeito no verso 287 e 289:

"é este, sim, senhor, o mesmo bispo,
a quem o nosso chefe desalmado,
enquanto governou a nossa Chile,
já dentro de palácio e já na rua,
tratou como quem trata um vil podengo".

Já estava nomeado o seu sucessor. Fanfarrão estava de partida, já destituído do seu autoritarismo e desarmado. Critilo se sente mais seguro e acobertado. E o verso 300 explode num violento adjetivo (des) qualificativo para ele:

"... tão vil canalha" (Carta XI).

"Por conseqüência, a quase totalidade do poema foi escrita estando Cunha Meneses presente. Uma vez de abalada, o pasquim já não tinha razão de ser".(85)

A Carta XII apresenta mais algumas críticas ao anti-herói e se apresenta com os costumeiros títulos que resumem o seu conteúdo. A Carta XIII é apenas um fragmento de 29 versos. Existiria ainda algum manuscrito que trouxesse todas as 13 cartas completas? Esse fragmento, na opinião de Rodrigues Lapa, pertenceria a alguma carta anterior. (86)

A revisão final das Cartas estaria entre 11 de julho de 1788 e 23 de maio de 1789, dia da prisão de Tomás Antônio Gonzaga.

As Cartas eram escritas parceladamente, com interrupções, ao sabor da vontade e da inspiração satírica, e dos fatos.

“Há tempo. Doroteu, que não prossigo
do nosso Fanfarrão a longa história”...
(VII, v. 1 e 2).

Deviam sair em forma de pasquins, afixados em alguns lugares da cidade ou volantins distribuídos de mão em mão, manuscritos. Francisco Luís Saturnino da Veiga que morava, em Vila Rica, na época, foi um cuidadoso colecionador e copiador desses manuscritos.

Podiam ser numerosas as cópias dessas “Cartas” para serem espalhadas pela cidade, mas se perderam, em geral, porque foram escondidas, rasgadas, queimadas, destruídas de qualquer modo, nos dias de pavor de 1789.

Certamente as Cartas eram lidas, dentro das limitações do tempo e da cidade. Muitos riram, à socapa, da ridícula figura do Fanfarrão.

As Cartas, de qualquer modo, devem refletir um clima geral de insatisfação contra o mais alto representante da Metrópole Portuguesa.(87) Critilo pode apenas atacar um mau funcionário, um mau vassalo da Metrópole. Mas as idéias iluministas de suas Cartas estão cheias de liberdade.

O ciclo da mineração iria constituir um progresso na civilização do Brasil. Em Minas Gerais, entre os letrados, começou a ser acariciado o sonho de independência e de República. O exemplo da Revolução Americana e, sobretudo, as idéias políticas e filosóficas da França do século XVIII chegariam até nossos intelectuais. Apesar dos cuidados que a censura portuguesa tomava para impedir a entrada das idéias francesas em seu território, e nas colônias, eram das próprias universidades portuguesas que passavam ao Brasil as idéias filosóficas e políticas do século XVIII. Em 1790 já o Conde de Resende tomava medidas enérgicas contra leitores das obras dos Enciclopedistas e, em 1794, prendia-se gente, no Brasil, pelo crime de enciclopedismo.(88)

Progresso e liberdade são duas idéias matrizes da ideologia iluminista. A riqueza que aflora da terra, em ouro, desperta o sentimento nativista dos mineiros. Eles também são capazes de desfrutar das riquezas de sua terra e de governá-la. Sem necessidade de canalizá-las para Portugal e, daí, para a Inglaterra. A riqueza deve frutificar em benefício da própria terra e povo. Os letrados conheciam, sem dúvidas, as idéias do mulato Gregório de Matos Guerra:

“Os brasileiros são bestas
e estão sempre a trabalhar
toda a vida por manterem
maganos de Portugal...”(89)

As bibliotecas de Cláudio Manuel da Costa e do Cônego Vieira mostram as linhas gerais do pensamento dominante entre os intelectuais de Vila Rica. Apesar de proibidas pelo **Index Librorum Prohibitorum** da Igreja, muitas obras ocupavam as leituras do Cônego. E dos seus amigos e freqüentadores. (90) Gonzaga era um deles.

As idéias de Critilo são iluministas: o amor à liberdade, o racionalismo em oposição ao fideísmo, o ódio à opressão, o humanismo jurídico que o coloca, sinceramente ou não, do lado do povo.

Na bandeira da Inconfidência estaria o "**Libertas aut nihil**" ou o lema que ficou: "**Libertas quae sera tamen**". Sempre a liberdade. Entre as leituras de Gonzaga – Critilo devia estar também, em francês, o "*Recueil des Loix constitutives des Colonies Angloises sous la dénomination d'États Unis de l'Amérique Septentrionale*".

Essas leis constituem um ideário completo, o catecismo da ideologia republicana e foi o livro de cabeceira do Alferes Joaquim José da Silva Xavier.

"Saber-se-á, pelo volume, que o objetivo da Inconfidência não era circunscrito à capitania serrana, e sim pretendia a confederação de todas as capitânicas do Brasil. Saber-se-ão, enfim, seus ideais, sua ideologia política. Tão avançada, há quase dois séculos, que ainda sonhamos e aspiramos às suas conquistas em favor da humanidade".(91)

O conhecimento deste livro, cujo exemplar do Museu da Inconfidência provavelmente lhe pertenceu, dá a Tiradentes "estatura e dimensões até agora ignoradas pela historiografia brasileira"(92)

Gonzaga era o jurista da Inconfidência: a ele caberia organizar as leis básicas, e sua Constituição e ser o primeiro presidente do novo país. E o ideal estava aí, nas leis e nos exemplos das Colônias inglesas que se confederaram, depois da independência, sob a égide da Liberdade. "As leis constitutivas dos Estados Unidos da América, formadas para uma nação policiada num século tão esclarecido como o nosso, não podem faltar ao interesse de todo homem que pensa: **são de interesse flagrante** para o político, o historiador e negociante de todos os países".(93)

ATO DA INDEPENDÊNCIA

Declaração dos representantes das Colônias Unidas da América Setentrional reunidos em Congresso Geral em 4 de julho de 1776

EM CONGRESSO, 4 de julho de 1776

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário a um povo romper os laços políticos que o ligavam a outro e assumir, entre as potências da terra, situação igual e separada para a qual as leis naturais e o Deus da natureza o credenciarão, um decente respeito às opiniões da humanidade exige que declare as causas que o levaram à separação.

Consideramos serem verdades auto-evidentes: que todos os homens são criados iguais; que foram dotados por seu Criador com certos direitos inalienáveis; que, entre estes, estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade.

Que, para assegurar tais direitos, são instituídos governos entre homens, derivando seus justos poderes do *consenso dos governados*.

Que, a qualquer tempo que uma forma de governo se torne destrutiva de tais fins, é Direito do Povo alterar ou aboli-la, e instituir novo governo repousando seu fundamento em tais princípios e organizando seus poderes da forma que lhe pareça a mais adequada ao objeto de sua segurança e felicidade.

A prudência, entretanto, aconselhará que governos há muito estabelecidos não sejam ajudados por causas levianas e transitórias; e, conseqüentemente, a experiência demonstra que a humanidade tem maior disposição para sofrer males que sejam suportáveis que para legitimar-se pela abolição de formas a que está acostumada. Mas quando uma longa sucessão de abusos e usurpações, buscando invariavelmente o mesmo objeto, evidencia o desígnio de submetê-lo a despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever expulsar tal governo e prover novas salvaguardas para sua futura segurança.”(94)

Quem lia e meditava as idéias fundamentais destas leis norte-americanas tirava daí o rumo da liberdade como **concepção e ação**. As idéias levam à ação. Do contrário são vazias e aéreas. De nada valem as idéias que não se tornam ação.

“Os filósofos, até hoje, só fizeram interpretar o mundo. Trata-se agora de transformá-lo”.(95)

Assim, a Inconfidência não fica apenas uma sonhada revolução de poetas e desligados. É uma apenas rebelião regionalista, localista. Se Capistrano de Abreu e outros historiadores de sua competência e honestidade tivessem conhecido o precioso livrinho, escreveriam uma outra história do movimento de 1789. Oliveira Lima que não acreditava nos movimentos liberais de Minas, nem na importância do ciclo do ouro, mudaria também seu julgamento.

Nem afirmariam, como outros, que a Inconfidência não tinha uma “ideologia consistente”.(96)

“Os historiadores do norte do país, a começar pelo venerando Capistrano de Abreu, sempre julgaram desprezíveis os movimentos libertários nascidos em Minas, julgando a própria Inconfidência como um acidente que nenhuma influência teria exercido nos fatos culminados em 7 de setembro”.(97)

Haverá nativismo nas Cartas?

Antônio Cândido acha que não. (98)

Para José Aderaldo Castelo, sim (99)

Diz José Aderaldo:

“O que se impõe, contudo, é a obra satírica – **Cartas Chilenas** – precioso documento de crítica e valor social para o conhecimento da época da mineração, particularmente em Ouro Preto. Traduz assim uma reação nativista de crítica ao governo de Metrópole no Brasil, pelo menos na capital das Minas Gerais”.

Um conjunto numeroso de provas circunstanciais envolve, completamente, o inteligente e ambicioso ouvidor Tomás Antônio Gonzaga. (100)

“... A carga principal é contra Gonzaga, o audaz Desembargador, que teve com o Governador uma conversação cavilosa, insolente, sediciosa; um réu astuto que fez tudo para se figurar inocente, que usou sempre de duplicidade, fazendo o governador pensar que para defenderem e sustentarem a sua independência, tinham não só a superior vantagem da sua situação, mas de sua riqueza...”(101)

Era ele um elemento importante, fundamental para a intrincada trama. Tão intrincada que, na expressão de Tiradentes – nem em cem anos seria desvendada.

Vicente Vieira da Mota teria ouvido esta declaração de Tiradentes...

“... que havia de armar uma meada tal que em dez, vinte ou cem anos se não havia de desembaraçar”.(102) Ainda, agora, em 1989, duzentos anos depois, a meada continua, embaraçada...

O ouvidor tinha bons conhecimentos de Direito, sabia, teórica e praticamente, das estruturas do governo. Junto com Cláudio e o Cônego Vieira eram homens “que tinham ascendência sobre os espíritos dos povos”.(103)

Apesar da base econômico-financeira do movimento (“a impressão que se tem é que esta proposta de um Estado independente se apresentou, dentro de uma conjuntura crítica, como uma panacéia para os devedores da coroa na capitania”)(104) havia, no fundo, uma semente nativista: era preciso segurar as riquezas da terra, exploradas violentamente em proveito de Portugal e Inglaterra e afirmar uma consciência de **mazombos**. De sua capacidade para serem donos da terra e para governá-la. Livre, Minas poderia tornar-se um grande império.

“O desembargador Gonzaga governaria durante os primeiros três anos – depois disto haveria eleições anuais. Não seriam admitidas distinções ou restrições no vestuário e os ricos seriam forçados a usar produtos manufaturados localmente”.(105)

Dentro de uma filosofia geral da Inconfidência, se deverá incluir as **Cartas Chilenas**. O seu autor Critilo – Gonzaga, embora nascido em Portugal, era filho de pai brasileiro e se comprometia com o movimento. “Mais do que nenhum outro documento, as **Cartas Chilenas** revelam as causas próximas da revolta. Servirão, um dia, para prefaciá-la História da Conjuração Mineira que antes deveria, com maior propriedade ser apelidada – História da Conjuração Brasileira”.(106)

Com relação a Critilo – Gonzaga há uma observação a fazer. Longe de Vila Rica, estabelecido tranqüilamente em Moçambique, vitorioso na vida, bem posto em negócios e cargos públicos, Gonzaga, parece, manteve suas idéias de liberdade. Manuel do Nascimento Nunes faz uma denúncia contra o ouvidor de Moçambique – Dr. Tavares de Sequeira. Nela, de passagem, há uma referência a Gonzaga.

“Ele tomou por seu acessor ao despacho a Thomas Antonio Gonzaga, que foi ouvidor nas terras do Brasil e foi exterminado pelo caso de sublevação de Minas Gerais com inabilidade perpétua de nunca mais servir cargo algum da República...”(107)

O Governador, D. Diogo de Sousa, responde, à margem, à acusação feita contra Gonzaga:

“Enquanto ao mais que neste artigo respeita ao dito Gonzaga, é verdade que está com o cérebro desconsertado e consta-me que, sem tirar lição da sua desgraça, ainda conserva alguma soltura de lingua em materiais concernentes a diferente constituições, mas nem há que recear conseqüências públicas disso, nem por hora as suas práticas particulares obrigam a procedimento grave contra ele”.(108)

As **Cartas Chilenas**, foram, sem dúvida nenhuma, um documento da Inconfidência. E a Inconfidência faz parte essencial da história internacional da Revolução Francesa. (109)

As sátiras de Critilo atacam um Fanfarrão mas, em profundidade por tabela, atacam um sistema: o da colonização portuguesa, tão injusto e opressivo que tinha, necessariamente, que provocar uma inconfidência! “Daí o seu significado político e o valor, de índice duma época”.(110)

No final da Carta VI, Critilo lança uma ameaça:

“Virá dia em que mão robusta e santa,
depois de castigar-nos, se condoa
e lance na fogueira as varas torpes.
Então rirão aqueles que choraram,
então talvez que chores, mas de balde,
que suspiros e prantos nada lucram
a quem os guarda para muito tarde.” (v. 428 a 434).

Seriam tais ameaças alguma alusão à Inconfidência que se tramava para punir os opressores da Capitania e do povo? (111)

O autor da “Epístola a Critilo” (Cláudio Manuel) parece insinuar a participação de Critilo (Gonzaga), no movimento de 1789.

“Que a humanidade enfim desagradada
das injúrias que sofre, por teu braço
os ferros soltará, que desafroxa,
tintos do fresco, gotejado sangue”. (57 a 60).

Tem razão Varnhagen:

“As “*Cartas Chilenas*”, que melhor podemos chamar **mineiras**, são o corpo de delito de Cunha de Meneses, cujo desgoverno foi a origem da primeira fermentação em Minas, para a conspiração em que apareceram complicados, como chefes e cabeças, os poetas de que ultimamente fizemos menção, Cláudio, A. Peixoto e, em aparência, Gonzaga. Talvez nenhuma outra história libertária ofereça a novidade de se ver assim inseparável de uma conspiração política, em que, segundo parece, tiveram os poetas a principal parte”.(112)

As **Cartas Chilenas**”, de fato, “**Cartas Mineiras**”, são de Critilo e Critilo é, por numerosas e variadas provas, Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica de 1782 a 1788.(113)

Apesar dos argumentos de Almir de Oliveira (114), de M. Rodrigues Lapa (115) e de outros, continuo ainda com a convicção de que Tomás Antônio Gonzaga não só participou da Inconfidência Mineira como até foi um dos seus mais importantes pensadores. A minha leitura de tantos papéis referentes ao assunto me leva a pensar que Gonzaga ambicionava altas posições na futura república. Era um aristocrata com forte ambição de mando.

Homem do Direito, ouvidor, desembargador, autor de uma tese sobre o “Direito Natural” (116), certamente leitor do “Recueil...” e conhecedor da história da independência das colônias inglesas da América do Norte... tinha conhecimentos, mais que suficientes, para ser o redator da primeira constituição da nova república. E até as qualidades exigidas para ser o primeiro presidente. (117)

Homem brilhante e inteligente, vaidoso, tinha as suas ambições, mesmo aqui, em Vila Rica. E tomou todas as precauções para, num fracasso da conspiração, escapar ileso. Mas não conseguiu.

Chego à conclusão de que Gonzaga estava dentro do movimento de rebelião de 1789, mas se cercou de todas as garantias e, depois, se defendeu argumentando até por meio de seus poemas. O que o perdeu foram os numerosos e poderosos inimigos e até, talvez, as “*Cartas Chilenas*”. Os tais **pasquins**, por causa dos quais o Visconde de Barbacena o “mandaria sair da Capitania”.(118)

Critilo-Gonzaga desanca, em Silverino, um dos maiores “marotos” da corte do Fanfarrão: Joaquim Silvério dos Reis. (119)

“Ordena a sábia Junta que dê logo
da tua comissão estreita conta;
o chefe não assina a portaria,
não quer que se descubra a ladroeira,
porque te favorece, ainda à custa
dos régios interesses...”

E vem o Fanfarrão e dá ordens... contrárias.

“Ordeno que contra o tenente coronel Joaquim Silvério dos Reis não se proceda procedimento algum sem ordem minha...”(120)

Silverino, certamente, tomou conhecimento das sátiras de Critilo-Gonzaga e se vingou, à farta, descarregando toda a carga de suas delações, principalmente, contra seu grande inimigo: **Gonzaga**.(121)

“...que o des. Tomás Antônio Gonzaga ministro que tinha acabado o seu lugar de Ouvidor de Vila Rica, se achava há muitos meses trabalhando em uma sublevação, para a qual tinha muita escrita feita para a nova forma das leis, em tudo favoráveis aos povos, levantando-lhes os tributos.”

3. À GUIA DE CONCLUSÕES

Um ensaio não pode ser conclusivo: deve ficar sempre aberto a novas pesquisas e interpretações.

Um ensaísta não pode se fechar dentro de suas posições mas estar sempre à disposição de novas informações, na tentativa de encontrar uma possível verdade. E, se necessário, mudar as suas próprias opiniões.

Cito Toynbee:

“Na Odisséia, um dos dois maiores poemas épicos da Grécia clássica, é narrado o rapto do deus marinho Proteu por um navegante grego, Menelau, que tinha perdido o rumo em viagem de volta ao lar, após o cerco de Tróia.

Proteu poderia ser forçado a dizer a sorte de seu raptor se este pudesse segurá-lo com firmeza, o que era difícil, pois sua reação ao rapto era mudar continuamente de forma – daí a palavra **protéico**.

A história é protéica. Mal conseguimos captá-la sob uma forma, se transforma, como Proteu, às vezes, impossibilitando qualquer identificação.”(122)

Hic et nunc (aqui e agora), estas **conclusões** (não seria melhor **inconclusões**?) não obedecem ao sentido comum dos dicionários, para significar, apenas, **pontos-de-vista**, mais ou menos firmados, uma síntese mnemônica do ensaio, de forma quase didática e uma apresentação de **pontos-de-partida**.

Não se estranhe, portanto, se algumas das tais conclusões tiverem uma forma de hipótese ou de interrogação.

I. As “Cartas Chilenas” são contemporâneas, na sua maioria, do governo de Luís da Cunha Meneses e do movimento inconfidente de 1789. Fico com a opinião de Alberto Faria e Manuel Rodrigues Lapa, apesar de opiniões contrárias. (123)

II. O autor das “Cartas Chilenas” é Critilo e Critilo é Gonzaga, ouvidor de Vila Rica, na época de Cunha Meneses, o Fanfarrão Minésio das sátiras. Na vida real, Critilo-Gonzaga, foi um duro opositor do Governador por causa de seus desgovernos: prepotências, intromissões indevidas em áreas do judiciário, injustiças, desmandos, protecionismos, principalmente com as “fardas atrevidas”, falsa religiosidade, venalismos et coetera. (124)

III. As sátiras refletem, mais do que um estado de espírito individual de Critilo, o clima da própria sociedade, em fermentações de revolta, da Vila Rica, final do séc. XVIII.

No seu papel de espelho, retratam, em muitos aspectos, a "Weltanschauung" da "intelligentsia" e do povo vilarriquense. Os intelectuais recebiam as idéias liberais, espalhadas pela Europa e pelas recém-independentes colônias inglesas da América do Norte.

IV. As "Cartas Chilenas" refletem, de algum modo, a Inconfidência Mineira que já se tramava nos tempos de Cunha Meneses e veio a explodir e fracassar no governo seguinte do Visconde de Barbacena. "O estudo da conjuração política levou-nos a uma pesquisa mais aprofundada do ambiente intelectual em que ela se gerou.

As "Cartas Chilenas" são um dos mais típicos produtos de tal ambiente".(125)

V. As "Cartas Chilenas" foram incluídas, por alusão, entre elementos subversivos, nos Autos, como **pasquins** anti-colonizadores portugueses. E até, diretamente, contra Tomás Antônio Gonzaga, (126) autor de uns pasquins. Reconheço, porém, com Sérgio Buarque de Hollanda que "sua revolta (de Critilo) não contra as instituições que podem abrigar a injustiça, mas contra a injustiça que deturpa as instituições".(127)

VI. Se Critilo é Gonzaga, as "Cartas Chilenas" são provas de que o Ouvidor e Poeta de Marília de Dirceu, apesar de toda a sua brilhante defesa, participou, de fato, do movimento inconfidente; elas têm, no fundo, denunciadores resíduos inconfidentes. Ou mais.

VII. Assim, as 13 Cartas (teriam sido escritas outras?) fazem parte de um "discurso inconfidente" que vinha sendo escrito, indireta e escondidamente, contra a Metrópole.

E revelam, de algum modo, o surgimento de uma "consciência nacional", muito embrionária e incipiente, é verdade, mas real. Elas são "precioso documento de crítica e valor social para conhecimento da época da mineração, particularmente, em Ouro Preto.

Traduz assim a reação nativista de crítica ao governo da Metrópole no Brasil, pelo menos, na capital das Minas Gerais".(128)

VIII. Até que ponto, o olho clínico e crítico da História pode penetrar no âmago dos acontecimentos, dos documentos e das pessoas, heróis ou vilões, Critilos ou Fanfarrões, para revelar a verdadeira **versão** de todos e de tudo?

A história vira, freqüentemente, **estória** (lenda, fabulação, ficção). História é literatura e literatura é história.

De novo, o grande historiador que foi nosso contemporâneo, Arnold Toynbee:

"A história, como o drama e como o romance, é filha da mitologia. É uma forma particular de compreensão e de expressão, onde, como nos contos de fada de que as crianças tanto gostam e nos sonhos próprios de adultos "sofisticados", não foi traça-

da a linha de demarcação entre o real e o imaginário. Disse-se, por exemplo, da “Ilíada” que quem lê como narrativa histórica lá encontra a ficção e que, pelo contrário, quem a lê como lenda lá depara com a história.

A este respeito, todos os livros de história se assemelham à “Ilíada”, pois não podem eliminar completamente a ficção. O simples fato de escolher, de arranjar e representar os fatos constitui uma técnica que pertence ao domínio da ficção”.(129)

IX. Assim, as “Cartas” se fazem literatura e história, compondo, de certo modo, a própria trama da Inconfidência. Caio de Melo Franco as chamou de “Prefácio da Inconfidência”.(130)

“Mais do que nenhum outro documento, as “Cartas Chilenas” revelam as causas próximas da revolta. Servirão, um dia, para prefaciá-la História da Conjuração Mineira que antes deveria, com maior propriedade, ser apelidada – História da Conjuração Brasileira”.(131)

X. As “Cartas” tiveram o seu “caldo de cultura” nos tempos autoritários de Luís da Cunha Meneses que viera para Minas em 1783, depois de governar ou desgovernar Goiás, onde já poderia ter surgido um Critilo que escrevesse a mesma história satírica contra o governador. O Fanfarrão repetiu, em Minas, o que já fizera em Goiás. Assim escreveu o seu ouvidor, num trecho de sua representação contra Cunha Meneses:

“Porém, Senhora, de pouco vale a eficaz diligência que promovo, de servir como devo a V.M., quando à mesma se opõe a usurpação de jurisdição, com que o Governador e Capitão General desta Capitania Luís da Cunha Meneses se intromete, tanto no Cível, como no Crime, persuadido de que o seus poderes são ilimitados e que de V.M. tem ordens particulares para proceder abasolutamente, como está praticando geralmente em tudo”.(132)

Depois disso, Cunha Meneses é promovido para as Minas Gerais...E, em Minas, apareceu um Critilo.

“Governava a capitania de Minas Gerais com todo o peso de sua autoridade, o capitão-general Luís da Cunha Meneses e o vexame em que trazia os povos pela sua opressão, tornava ainda mais desejada a emancipação política e com ela a aquisição de todos os direitos civis...”(133)

XI. Critilo não combate o colonialismo como tal, arremessando suas setas diretamente contra a Soberana e a Metrópole colonizadora. Ataca os maus governos e os prepostos que, de longe, não obedecem às leis de El Rei (ou da Rainha), abusando da distância e dos seus poderes. Negando-lhes uma significação nativista, mas não sua significação política, Antônio Cândido sintetiza assim o conteúdo das sátiras, numa relação indireta com o movimento libertário da Inconfidência.

“O fato, porém, é que a sátira do bem-pensante e honrado Critilo desnudava, através da atuação de um régulo, as iniquidades potenciais do sistema: daí o seu significado político e o valor de índice de uma época. Se, enquanto homem humilhado, queria que a verrina significasse desforço, enquanto homem público notava as desarmonias entre a autoridade e a sociedade. Daí não ser difícil que Critilo-Gonzaga se interessasse intelectualmente por projetos vagos de reforma e, ao rigorismo estático do “Tratado de Direito Natural” sucedesse com as “Cartas” a possibilidade de uma visão refundida pela experiência mineira...”(134)

XII. Consciente ou inconscientemente, as “Cartas” de Critilo captaram um momento de crise, talvez, o seu próprio clímax. E o captaram com admirável penetração e fidelidade.

Nelas transparecem os ocultos anseios de libertação, pelo menos, das insuportáveis prepotências do Governador Fanfarrão. E também as revoltas, individuais ou coletivas, contra as leis oprimentes e os prepostos prepotentes.

Elas “continuam um documento literário e histórico único. Um documento que fornece o flagrante mais vivo do cotidiano mineiro setecentista, durante uma crise que a paixão escrita e a alta qualidade do texto não fazem senão tornar mais agudo e palpável para o futuro”.(135)

XIII. Critilo, em suas “Cartas”, não se mostra um rebelado que quer derrubar a... Monarquia da Metrópole e criar uma nova república americana. Combate e quer afastar, de Vila Rica, os maus governadores, encarnados no Fanfarrão Minésio e todos os outros maus funcionários do Reino e que proliferavam aqui em Vila Rica.

Mas, indiretamente, suas sátiras iriam corroer a autoridade da Metrópole que, sem dúvida, era culpada da escolha de tão ruins prepostos, expoliadores da terra e da gente.

A arma de Critilo é o decassílabo, as sátiras são o chicote que pune os Fanfarrões de qualquer tempo.

“Devo, pois, confessar, Critilo amado,
que teus escritos, de uma idade a outra,
passarão sempre de esplendor cingidos...”(136)

E Critilo:

“Pois eu também já vou contar verdades,
em que possam falar os homens sérios
inda daqui a mais de um cento de anos.”(137)

III - NOTAS

(1) Antes das "Cartas Chilenas" há uma "Epístola a Critilo", também em decassílabos, muito semelhantes aos versos das 13 cartas. A Epístola tem 208 versos e é atribuída a Cláudio Manuel da Costa. Na minha opinião a Epístola também é de Critilo, isto é, de Gonzaga. José Pinto Coelho é taxativo: "Epístola e Cartas: ou é tudo de Cláudio (é a posição dele) ou é tudo de Gonzaga (é a nossa opinião). São tão iguais como as duas torres da Igreja de S. Francisco de Assis, próxima à casa de ambos". (A rede de Critilo-Tip. S. José - Viçosa M.G. - 1959 - pag. 10) As 13 Cartas têm 3.964 decassílabos. (Afonso Pena Jr. in Cartas Chilenas - Um problema histórico e filosófico - M.R.Lapa - e.c. pag. XLIII) Os versos são, em geral, de excelente qualidade: o que indica que Critilo tem que ser também excelente poeta.

(2) Carta I, 159,160)

(3) A mania de Cunha Meneses era criar, em verdadeira hipertrofia, numerosas e impreparadas tropas. Carta IX, 107

(4) Carta IX, 62, 63.

(5) Liv. 5 º tit. 84 - Apud Afonso Pena Jr. in Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico - M.R.Lapa e.c. pag. XX. Critilo-Gonzaga devia saber também da Lei de 2 de outubro de 1753 que declarava caso de devassa a feitura ou publicação de sátiras e libelos famosos, considerando como atroz tal delito. (id. ib. XX)

(6) "Cartas Chilenas" ou "Chilleanas": informa Tarquínio J.B. de Oliveira que "o Chile era uma Capitania espanhola, célebre pela corrupção dos governos coloniais". (As Cartas Chilenas - Ed. Referência Ltda. - S. Paulo 1972 - pag. 308.

(7) Cartas Chilenas; Retrato de uma Época - Delson Gonçalves Ferreira - Ed. U.F.M.G. Belo Horizonte - 1986 - 2ª ed. pag. 43.

(8) Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico - e.c. pag. 108

(9) Cartas Chilenas - ed. crítica de M.R.Lapa - I.N.L. - 1957 - pag. 189.

(10) Tiradentes teria dito, e com toda a razão: "que esta terra se fizesse uma República e ficasse livre dos governos que só vêm cá ensoapar-se em riquezas de três em três anos e quando eles são desinteressados sempre têm uns criados que são uns ladrões..." (Autos e.c. vol. V, 33).

(11) Poesias - ed. crítica de M.R.Lapa - I.N.L. - 1957 - pag. 93.

(12) Carta VIII, 263 a 268.

(13) É claro que Critilo exagera nas sátiras, principalmente, pela agressividade dos traços caricaturais. Mas não peca pela falta de veracidade.

(14) Poesias - ed. crítica de M.R.Lapa - e.c. vol. I, pag. IX a XXXV.

(15) Ver, por exemplo, queixas e representações contra Cunha Meneses, quando ainda em Goiás. (M.R.Lapa - Cartas Chilenas: um problema histórico e filosófico - ec. pag. 205 e segs.

(16) Cartas Chilenas - e.c. pag. 190.

- (17) Consta que tanto Gonzaga como Luís da Cunha Meneses deixaram um filho da mesma amante. O de Gonzaga, Antônio Silvério da Silva Musa e o do Governador, com o seu próprio nome: Luís da Cunha Meneses. (Cartas Chilenas - Retrato de uma época - Delson Gonçalves Ferreira - e.c. pág. 278).
- (18) Epistola a Critilo - v. 55,56.
- (19) "O diabo na livreria do Cônego - Itatiaia - Belo Horizonte - 1957.
- (20) Autos e.c. vol. II, 146.
- (21) Carta V, v. 53, 54.
- (22) R.A.P.M. Ano II, fasc. 2 - 1897 - pág. 287.
- (23) E vêm as queixas... Ibidem pág. 287. Camaristas de Vila Rica em 5 de julho de 1741.
- (24) R.A.P.M. Ano II, fasc. 2, pág. 288.
- (25) José João Teixeira Coelho - Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais - Rev. I.H.G.B. - e.c. pág. 363.
- (26) Idem, ib. pág. 363. Ver também R.A.P.M. ano II, fasc. 2, 1897 pág. 303.
- (27) Apud Ricardo Arnaldo Malheiros Fídza - Os quintos do ouro - in Rev. Jurídica Lemi - n. 151 de junho de 1980. Separata sem paginação.
- (28) C. Boxer - The golden age of Brazil - University of California Press - Berkeley and Los Angeles - 1962 - pág. 59.
- (29) Waldemar de Almeida Barbosa - Dicionário da Terra e da Gente de Minas - Secretaria de Estado da Cultura - Belo Horizonte - 1985 - in verbete **capitação**.
- (30) idem, ibidem pág. 161.
- (31) RA.P.M. Ano II, fasc. 2, 1897.
- (32) Apud Waldemar de Almeida Barbosa - ibidem - in verbete **capitação**. Ver Rev. I.H.G.B. 1852 - pág. 342 notícia sobre Martinho Mendonça de Pina e Proença.
- (33) Carta V, 115a 121.
- (34) Cartas Chilenas - ed. crítica de M.R.Lapa e.c. pág. 190.
- (35) Autos vol. V, 49 e 527.
- (36) Inconfidência, discurso inconfidente: fica a "inconfidência" e o "inconfidente" que já pegaram há muito tempo. Apesar da correta observação de Francisco Iglésias: "Parece-nos melhor falar em conjuração, que a palavra inconfidência é usada com a perspectiva do português, colonizador." (In A Inconfidência Mineira - Lúcio José dos Santos - Imprensa Oficial - Belo Horizonte - pag. 12).

(37) Autos vol. II, 146, 472. A revolta de Tiradentes não se esgotava numa reivindicação pessoal pelas injustas preterições na tropa, mas se estendia contra todo o regime colonial, num desejo de libertação das Minas Gerais e outras capitanias para a formação de uma grande confederação.

(38) Conheço duas edições do livro, mas me pergunto se seriam, de fato, duas como se podem ver. Exemplo: numa está que o livro foi impresso "à Philadelphie" e noutra (a do exemplar do Museu da Inconfidência), "en Suisse". Parecem uma mesma edição, com a mesma paginação.

(39) Autos e.c. vol. III.

(40) Tarquínio J.B. de Oliveira - in Estado de Minas - 28 de dezembro de 1980.

(41) Autos e.c. vol. III - pág. 11.

(42) id. ib. pág. 12.

(43) idem ib. pág. 20.

(44) id. ib. pág. 10.

(45) id. ib. pág. 23.

(46) id. in Estado de Minas - 28 de dezembro de 1980.

(47) id. in Estado de Minas - 28 de dezembro de 1980.

(48) Mensário do Arquivo Nacional - Rio - Ano XIII - setembro - 1982.

(49) Suplemento Literário do Minas Gerais - Ano IX n. 443 - 1º de março de 1975.

(50) Autos e.c. vol. V, pág. 406.

(51) Autos e.c. vol. IX pág. 294.

(52) Autos e.c. vol. II, pág. 245.

(53) Autos e.c. vol. II, 133, 302, 305, 307; vol. III, 194, 195, 197; vol. V, 11...

(54) Autos vol. V, 106.

(55) Alguns nomes identificadores desse crime de lesa-majestade: Inconfidência e inconfidentes: Autos vol. II, 200; vol. III, 147; "maloca de conjurados": - vol. III, 410; "rebelião, sedição vol. II, 311; vol. III, 431, 434; "levante" vol. II, 65; vol. V, 282, 290; "sublevação, vol. II, 70, 114, 154, 274; conspiração de Minas, vol. V, 195, 196, 302, 443; vol. IX, 332; sedição e motim", vol. V, 288; sublevação e motim vol. V, 194; levantamento vol. V, 438.

(56) Autos vol. II, 62, 63, 89, 90, 93, 94, 98.

(57) Autos e.c. vol. II, 245.

(58) Autos vol. II, 247.

(59) Carta III, v. 121 a 129. Critilo não criticava as obras, mas o exagero: "Na sábia proporção é que consiste a boa perfeição das nossas obras". (v. 121, 122).

(60) Rv. I.H.G.B. - 1852.

(61) Carta V. 78 a 80.

(62) Carta III, 161; Carta IX, 114 a 116. Outros desqualificativos que Critilo usa para o Fanfarrão: duro chefe: IV 184; V, 167; chefe onipotente: IX, 361; irado chefe: V, 96; indigno, indigno chefe: VIII, 263; louco chefe: I, 276; II, 168; III, 77; IV, 230, 340; VII, 53; soberto e louco chefe; VI, 419...

(63) Carta X, 288.

(64) "Não há, não há distúrbio nesta terra, de que mão militar não seja autora".(C.I.X, 62, 63.)

(65) Autos vol. II, 450, 451. Também em vol. V 471.

(66) Carta IX, 380 a 383.

(67) História da Civilização Ocidental - Edit. Globo - Porto Alegre - 3ª ed. vol. II, pág. 597-598.

(68) Recueil des Loix... pág. 4.

(69) Carta XI, 299, 300.

(70) Declaração de Tiradentes: "...que havia de amarrar uma meada tal que, em dez, vinte ou cem anos se não havia de desembaraçar". (Autos, vol. V, 407) E a Critilo: "...pois eu também já vou contar verdades/ e que possam falar os homens sérios/ ainda daqui a mais de um cento de anos". (Carta XI, 54 a 56). O enigma, a teia, a trama, o emaranhado... ainda continuam nos desafiando, duzentos anos depois.

(71) Autos de Devassa - e.c. vol. IX pág. 177 nota 2.

(72) Autos e.c. vol. II, pág. 85.

(73) Recueil des loix... e.c. pág. 3 e segs.

(74) História dos Povos de Língua Inglesa - Wiston S. Churchill - Ibrasa - S.Paulo - 1960 - vol. III, pág. 170. O autor diz que são 28 "repetidas ofensas e usurpações".

(75) É o célebre "Recueil des loix constitutives des Colonies Angloises confédérées sous la dénomination d'États-Unis de l'Amérique Septentrionale - 1778" "Vejam-se as duas páginas de rosto das edições do livro organizado e traduzido, para o francês, pelo advogado Claude Ambrose Régnier. Uma edição foi feita "en Suisse" e outra "à Philadelphie", ambas na mesma data. O volume que foi usado, provavelmente, por Tiradentes é o que está, no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

(76) Autos - e.c. vol. II, 65.

- (77) Autos e.c. vol. II, 146. Ver ainda: vol. I, 223; II, 472; IV, 107, 110, 121, 224...
- (78) Autos e.c. vol. II, 472. **Mariola** tem sentido pejorativo: tratante, biltre, patife, marau, velhaco, mau-caráter, sem-vergonha. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa - Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - Edit. Nova Fronteira - Rio - 1ª ed. s.c. in verbete) E o Moraes - Dicionário da Língua Portuguesa - Lisboa - 6ª ed. 1858): "Hoje damos a este vocábulo o sentido de mau homem, pessoa indigna, maroto, infame". O que não cabe, sem dúvida, ao homem que foi Tiradentes.
- (79) Autos vol. II, 213.
- (80) Ver Autos, vol. I, 223; II, 146,472; IV, 107, 110, 121, 224...
- (81) História, Corpo do Tempo - Edit. Perspectiva - S.Paulo - pág. 82.
- (82) M.R.Lapa - Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico - I.N.L. Rio de Janeiro - 1958 - pág. 128.
- (83) Alberto Faria - Acendalhas - Liv. Edit. de Leite Ribeiro e Murilo - Rio - 1920 - pág. 165, 177.
- (84) M.R.Lapa ibidem pág. 137, 138.
- (85) idem, ibidem pág. 142.
- (86) M.R.Lapa - Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico - e.c. pág. 142.
- (87) Não foram as únicas sátiras. Ver Autos, vol. IX, 177, nota 2.
- (88) Cruz Costa - História das Idéias no Brasil - Civilização Brasileira - Rio de Janeiro - 1967, pág. 45, 46 segs.
- (89) Sérgio Buarque de Hollanda - Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial - I.N.L. Rio de Janeiro - 1952 - vol. I, 99. "Despede-se o autor da Cidade da Bahia na ocasião em que já degredado para Angola de Potência pelo Governador D. João de Alcencastre".
- (90) Eduardo Frieiro - O diabo na livraria do Cônego - Itatiaia - Belo Horizonte - 1957.
- (91) Tarquínio J.B. de Oliveira - in Autos e.c. vol. III, pág. 23.
- (92) Autos e.c. vol. III, pág. 12.
- (93) Autos e.c. vol. III, pág. 25.
- (94) "Recueil des Loix constitutives..." 1778 - pág. 3 a 5. Citou-se, aqui, a tradução dos Autos e.c. vol. III, pág. 33, 34.
- (95) Émile Baas - Introdução crítica ao marxismo - Agir - Rio de Janeiro - 1958 - pág. 33.
- (96) "A falta de consistência ideológica não invalida o significado histórico da Inconfidência Mineira". Nícia Vilela Luz - in História Geral da Civilização Brasileira - Difusão Européia do Livro - S.Paulo - 1968 - vol. I, pág. 405.

- (97) João Dornas Filho - O ouro das Gerais e a civilização da Capitania - Cia. Edit. Nacional - S.Paulo - 1957 - pág. 5.
- (98) Antônio Cândido - Formação da Literatura Brasileira - Liv. Martins - S.Paulo - vol. I, pág. 165.
- (99) A Literatura Brasileira - Edit. Cultrix - S.Paulo - 1962 - vol. I, pág. 152.
- (100) Kenneth Maxwell - A devassa da devassa - Edit. Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1978 - pág. 147.
- (101) José Honório Rodrigues - História, Corpo do Tempo - Edit. Perspectiva - S.Paulo - 1976 - pág. 87.
- (102) Autos e.c. vol. V, pág. 407.
- (103) Autos e. 1936/37 - vol. IV, pág. 138.
- (104) Maxwell - o.c. pág. 148.
- (105) Idem ib. pág. 152.
- (106) Caio de Melo Franco - O inconfidente Cláudio Manuel da Costa - Schmidt - Rio de Janeiro - 1931 - pág. 131.
- (107) Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga - edição crítica por M.R.Lapa - I.N.L. Rio - 1957 - voo. II, pág. 341.
- (108) Lapa - e.c. vol. II, pág. 342.
- (109) Hauser citado por L. Camilo de Oliveira Neto - História, Cultura e Liberdade - Liv. José Olympio Edit. - Rio - 1975 - pág. 62 - A.L. Tavares - Brasil França - Biblioteca do Exército - Rio - 1979 - pág. 123. Mas estou de acordo com José Honório Rodrigues: "A conspiração mineira foi planejada sem conhecimento da Revolução Francesa, mas é lógico que a França e seus escritores viviam no pensamento dos pré-revolucionários mineiros de 1789". (História, Corpo e Tempo - e.c. pág. 81).
- (110) Antônio Cândido - o.c. vol. I pág. 165.
- (111) Afonso Arinos de Melo Franco in Literatura no Brasil dir. Afrânio Coutinho - vol. I, t. I - pág. 518.
- (112) Cartas Chilenas - Introdução por Luiz Francisco da Veiga - Edit. Eduardo & Henrique Laemmert - Rio de Janeiro - 1863 - pág. 9.
- (113) Em 1786 já tinha sido promovido a desembargador, na Bahia, mas por várias razões ainda continuava em Vila Rica. E aí ficou até a prisão em 21 de maio de 1789. (Ver Gonzaga: Tempo & Poesia - Delson Gonçalves Ferreira - in Seminário sobre a Poesia Mineira - Período Colonial - Conselho E. de Cultura de M.G. - Belo Horizonte - 1984 - pág. 37 a 106.
- (114) Gonzaga e a Inconfidência Mineira - Itatiaia - Belo Horizonte - 1985.

- (115) Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga - ed. crítica de M.R.Lapa ê:c: vol. Ipág. XXIV.
- (116) Obras Completas de T.A.Gonzaga - e.c. vol. II.
- (117) Autos e.c. vol. V, 66 - K. Maxwell o.c. pág. 152.
- (118) Autos e.c. vol. II, 85.
- (119) Carta VIII, v. 187 segs.
- (120) Apud Alberto Faria - Acendalhas e.c. pág. 27, 28.
- (121) Autos e.c. vol. IV pág. 25.
- (122) Um Estudo de História - Martins Fontes - Edit. Universidade de Brasília - 1986 - pág. 13.
- (123) "As Cartas Chilenas" - Um problema histórico e filológico - de M.R.Lapa - I.N.L. - Rio - 1058 - pág. 127 e segs. Afonso Pena Jr., no **Prefácio**, discorda de Lapa.
- (124) A "Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais" do des. José João Teixeira. 1780, já fazia uma crítica minuciosa e severa contra os desmandos da máquina administrativa. É leitura indispensável para uma visão verista do séc. XVIII, nas Minas Gerais. (Rev. Inst. Hist. Geográfico Brasileiro - vol. XV, pág. 357 e segs.
- (125) Cartas Chilenas - int. e notas de Afonso Arinos de Melo Franco - imprensa Nacional - Rio - 1940 - pág. 28.
- (126) Autos vol. II 85.
- (127) Tentativas de Mitologia - Edit. Perspectiva - S.Paulo - 1979 - pág. 226.
- (128) José Aderaldo Castello - o.c. pág. 152, 153.
- (129) Apud A 25ª Hora - C. Virgil Gheorghiu - Liv. Bertrand - Lisboa - 11ªed. s.d. pág. VII.
- (130) *Inconfidente Cláudio Manuel da Costa* - Schimit Ed. - Rio - 1931 - pág. 125.
- (131) Idem, ib. pág. 133.
- (132) Leia-se a representação de Joaquim Manuel de Campos, por inteiro, em M.R.Lapa - Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico e.c. pág. 204 a 215. A representação é de 15 de abril de 1782.
- (133) J. Norberto de Sousa Silva - História da Conjuração Mineira - Imprensa Nacional - Rio - 1948 - voo. I, pág. 57.
- (134) Formação da Literatura Brasileira - e.c. vol. I - pág. 165.

(135) Alexandre Eulálio - in *Os pobres na Literatura Brasileira* - org. de Roberto Schwarz - Edit. Brasiliense - S.Paulo - 1983 - pág. 25.

(136) *Epístola a Critilo* - v. 55, 56.

(137) Carta XI, v. 54 a 56. Tiradentes sobre a Inconfidência: "que havia de armar uma meada tal que, em dez, vinte ou cem anos se não havia de desembaraçar..." (Autos - vol. V, pág. 407).

IV. BIBLIOGRAFIA

Abrams, M.H. *El espejo y lámpara* - Editorial Nova Buenos Aires - 1962.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira - Brasília - Belo Horizonte - 1967 - 10 vol.

Ávila, Afonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas* - Centro de Estudos Mineiros - Belo Horizonte - 1967 - vol. I.

Baas, Émile - *Introdução crítica ao Marxismo* - Agir - Rio - 1958.

Bandeira, Moniz - *Presença dos Estados Unidos no Brasil* - Civilização Brasileira - Rio - 1978 - 2ª ed.

Barbosa, Waldemar de Almeida - *Dicionário da Terra e da Gente de Minas* - Secretaria de Estado da Cultura - Belo Horizonte, 1985.

Boxer, Charles - *The golden age of Brazil* - University of California Press - Berkeley and Los Angeles - 1962.

Boschi, Caio César - *Os Leigos e o Poder* - Ática - S. Paulo - 1986.

Burns, Edward McNall - *História da Civilização Ocidental* - Edit. Globo - Porto Alegre - 1975 - 3ª ed. vol. 2

Cândido, Antônio - *Formação da Literatura Brasileira* - Liv. Martins - S.Paulo - 1957 - vol. I.

Castello, José Aderaldo - *A Literatura Brasileira* - Cultrix - S.Paulo - 1962 - vol. I.

Churchill, Wiston S. - *História dos Povos de Língua Inglesa* - Ibrasa - S.Paulo - 1960 - vol. III.

Coelho, José Teixeira - *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* - Rev. Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro - 1852.

Coelho, José Pinto - *A rede de Critilo* - Tip. S. José - Viçosa - M.G. - 1959.

Costa, Cruz - *História das Idéias no Brasil* - Civilização Brasileira - Rio - 1967.

- Dornas, Filho João - **O ouro das Gerais e a civilização da Capitania** - Cia. Edit. Nacional - S. Paulo - 1957.
- Eulálio, Alexandre - in **Os Pobres da Literatura Brasileira** - org. de Roberto Schwarz - Edit. Brasiliense - S. Paulo - 1983.
- Faria, Alberto - **Acendalhas** - Liv. Edit. de Leite Ribeiro e Maurilo - Rio - 1920.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda - **Dicionário da Língua Portuguesa** - va *Fronteira* - Rio - 1ª ed. s.d.
- Ferreira, Delson Gonçalves - **Cartas Chilenas: Retrato de uma Época** - Edit. U.F.M.G. - Belo Horizonte - 1986 - 2ª ed.
- **Gonzaga: Tempo & Poesia** - in Revista do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais - Belo Horizonte - 1984.
- Fiúza, Ricardo Arnaldo Malheiros - **Os quintos do ouro** - Separata da Rev. Jurídica Lemi - n. 151 - Junho - 1980.
- Franco, Afonso Arinos de Melo - in **Literatura no Brasil** - dir. Afrânio Coutinho - vol. I, t. I.
- **Cartas Chilenas** - Imprensa Nacional - Rio - 1940.
- Franco, Caio de Melo - **O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa** - Schmidt - Rio - 1931.
- Friero, Eduardo - **O diabo na livreria do Cônego** - Itatiaia - Belo Horizonte - 1957.
- Gheorghiu, C. Virgil - **A 25ª Hora** - Liv. Bertrand - Lisboa - 11ª ed. s.d.
- Gravatá, Hélio - **Apontamentos bibliográficos sobre as "Cartas Chilenas"** - Kritérion - Belo Horizonte - n.17 e 18 - 1951.
- Hollanda, Sérgio Buarque de - **Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial** - I.N.L. - Rio - 1952 vol. I.
- **Tentativas de mitologia** - Edit. Perspectiva - S. Paulo - 1979.
- Jardim, Márcio - **Síntese factual da Inconfidência Mineira** - Instituto Cultural Coderser - Belo Horizonte - 1988.
- Lapa, Manuel Rodrigues - **Cartas Chilenas: um problema histórico e filosófico** - Instituto Nacional do Livro - Rio - 1958.
- **Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga** - I.N.L. Rio - 2 vol. 1957.
- **Suplemento Literário do Minas Gerais** - Ano IX n. 443-1º de março - 1975.

- Luz, Nícia Vilela - in **História Geral da Civilização Brasileira - Difusão Européia do Livro** - S.Paulo - 1968 - vol. I.
- Maxwell, Kenneth - **A Devassa da Devassa** - Edit. Paz e Terra - Rio - 1978.
- Meneses, D. José Rodrigo de - **Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo** - R.A.P.M. Ano II fasc. 2 - abril a junho - 1897.
- Morais, da Silva Antônio - **Dicionário da Língua Portuguesa** - Tipografia de Antônio José da Rocha - Lisboa - 1958 - 6ª ed. 2 vol.
- Oliveira, Neto Luís Camilo de - **História, Cultura e Liberdade** - Liv. José Olympio Edit. - Rio - 1975.
- Oliveira, Tarquínio J.B. de - **Cartas Chilenas: Fontes Textuais** - Edit. Referência Ltda. - S.Paulo - 1972.
 - **Estado de Minas** - 25 de dezembro de 1980.
 - **Mensário do Arquivo Nacional** - Rio - Ano XIII - setembro 1982.
- Pena Jr., Afonso - in **Cartas Chilenas: um problema histórico e filosófico** - M.R.Lapa - I.N.L. - Rio - 1958 - Prefácio.
- Péronnet, Michel - **Revolução Francesa em 50 Palavras-chaves** - Edit. Brasiliense - S.Paulo - 1988.
- Recueil des Loix constitutives des Colonies Angloises confédérées sous la dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale-1778** - (Microfilme).
- Revista do Arquivo Público Mineiro** (R.A.P.M.) Ano II, fasc. 2 - 1897.
- Rodrigues, José Honório - **História, Corpo e Tempo** - Edit. Perspectiva - S.Paulo - 1976.
- Santos, Lúcio José dos - **A Inconfidência Mineira** - Imprensa Oficial - Belo Horizonte - 1972.
- Santos, P.P. - **O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira** - Cia. Edit. Nacional - S.Paulo - 1964.
- Silva, J. Norberto de Sousa - **História da Conjuração Mineira** - Imprensa Nacional - Rio - 1948 - vol. I.

Tavares, A.L. - **Brasil-França** - Edit. Biblioteca do Exército - Rio - 1979.

Toynbee, Arnold - **Um estudo de História** - Martins Fontes - Edit. U. de Brasília - 1986.

Veiga, Luís Francisco da - **Cartas Chilenas** - Edit. Eduardo & Henrique Laemmert - Rio - 1863.

Advertência

“Voici un petit livre plein de notes; elles n'en sont pas le style, mais elles en sont la probité”. (É. Gilson-Héloïse et Abélard- Vrin-Paris-1938-pag.5).

DELSON GONÇALVES FERREIRA

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Aposentou-se em 1987 como professor da mesma Universidade. Entre seus livros publicados, destacam-se: *Ascânio Lopes* (1987), sobre o modernismo de Cataguases; *O Aleijadinho* (1981), Prêmio Cidade de Belo Horizonte; e *Cartas Chilenas* (1982), Prêmio Cidade de Belo Horizonte. Atualmente escreve ensaio denominado *Deus e o Diabo no Grande Sertão*, sobre o livro *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa.